FOLHA DE S.PAULO Painel

Cadeira elétrica

A ofensiva do Judiciário sobre nomes próximos a Michel Temer fortaleceu discurso de seus aliados no Congresso de que há uma caçada à política. Esse grupo diz que é improvável que, caso o presidente caia, um par escolhido em eleição indireta consiga se manter no cargo em cenário tão radicalizado. Lembram que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), favorito em eventual disputa, é alvo de três inquéritos e questionam em quanto tempo ele se tornaria alvo de denúncia.

Beco sem saída

As dúvidas sobre a viabilidade de um nome eleito indiretamente ajuda Temer, mas não soluciona seu problema. Deputados e senadores admitem que, ainda que a Câmara barre denúncia da PGR contra o presidente, há expectativa sobre novas delações que poderiam comprometê-lo.

Fez fila

Ninguém aposta que Rodrigo Rocha Loures, preso no sábado (3), resista muito tempo em silêncio. Lúcio Funaro, operador de Eduardo Cunha e do PMDB na Caixa Econômica Federal, já apresentou um roteiro do que pode entregar aos investigadores.

Sem fim

Há ainda a expectativa de um acirramento de ânimos mais evidente no Judiciário, em torno de relatos até este momento inéditos nas delações da JBS e da Odebrecht envolvendo integrantes de cortes superiores.

Trincheira

O Congresso pretende instalar nesta quinta-feira (8) a CPI da JBS. A base de Temer planeja usar a comissão para constranger o procurador-geral Rodrigo Janot e o ministro Edson Fachin, do STF. Vai convidá-los a dar explicações sobre o acordo de delação feito com a empresa.

Cavalo de troia

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) preparou mandado de segurança para levar ao Supremo assim que o pedido de explicações a Edson Fachin sobre sua relação com um lobista da JBS for aprovado na Câmara.

Terapia de grupo

Às vésperas do julgamento no TSE, ministros da corte conversaram sobre as "pressões de todos os lados". Napoleão Nunes Filho comentou com colegas que sentia forte peso. Disse ter vontade de resolver de uma vez a ação.

Unidos

Ontem(6), PT e PMDB concordavam em um ponto: o placar. Apostavam em cinco a dois pela absolvição da chapa.

Entre eles

Se sobreviver até setembro, Michel Temer deu sinais de que o próximo procurador-geral da República estará entre os oito nomes que se candidataram ao cargo e estão, neste momento, disputando a preferência dos colegas da carreira.

Trânsito livre

Preso ontem (6), o ex-ministro Henrique Eduardo Alves frequentou o Planalto pelo menos até a semana passada. Na quinta (1º), ele esteve no gabinete de Antonio Imbassahy (Secretaria de Governo).

Grisalhos

Sob pressão, Tasso Jereissati (CE), presidente do PSDB, reuniu ministros e parlamentares do partido. Metade da bancada da Câmara espera que os tucanos deixem o governo mesmo que o TSE absolva Temer.

Boca fechada

Durante a reunião, parlamentares também reclamaram da forma como Aécio Neves (PSDB-MG) se referiu à ação no TSE em conversa grampeada por Joesley Batista. Na ocasião, disse que tomou a iniciativa para "encher o saco do PT".

"Alckmin dá uma de 'Rolando Lero'. Faz contorcionismo para tentar explicar que é contra, mas a favor do desembarque do PSDB."

DE SIMÃO PEDRO, secretário de Serviços na gestão Fernando Haddad, sobre Geraldo Alckmin ter indicado não ser contra a saída do PSDB do governo Temer

Contraponto

Pau para toda obra

Durante debate ontem (6) sobre a reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Jorge Viana (PT-AC) aproveitou sua fala para criticar o projeto do Planalto e alfinetar o líder de Michel Temer na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR).

– O que vai acontecer? Nem sabemos qual governo teremos– disse, para, em seguida, ironizar Jucá, que foi líder dos últimos três presidentes da República.

– Vossa Excelência vai ser líder da próxima gestão?

Relator da reforma na comissão, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) respondeu aos risos:

– Essa certeza todos nós temos, senador Viana!.

Reajuste Zero

Confusão na AL revela conflito entre governo e servidores

Deputados criam comissão para intermediar negociação entre sindicatos e o Executivo

Kleber Clajus/Midiamax

O momento em que os deputados Pedro Kemp (PT) e Mara Caseiro (PSDB) se estranharam durante a sessão

Eduardo Coutinho

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) começa a sofrer pressão dos servidores públicos do Estado para a reajuste zero. Ontem, o Fórum dos Servidores Estaduais de Mato Grosso do Sul, que reúne sindicatos e associações de classes, realizou manifestação contra o anúncio de Azambuja de "reajuste zero" para 2017. Os servidores questionaram o argumento de crise nas finanças do Estado e cobraram dos deputados o impedimento imediato do chefe do Executivo. A base tucana até tentou sair em defesa do governador, mas foi sufocada pelos gritos de "impeachment" e "olha o boi!", em alusão às denúncias da JBS de um suposto esquema de cobrança de propina para concessão de incentivos fiscais a frigoríficos.

O ato marca não apenas uma manifestação contra a falta de proposta de reajuste salarial, mas atesta a dificuldade do governo em articular com representantes sindicais e associações. O Fórum dos Servidores compreende profissionais da Segurança Pública, Educação, Saúde e Administrativos, representa um total de 45 mil trabalhadores e encerrou o manifesto com a promessa de montar acampamento em frente da Governadoria hoje (7) até a apresentação de contraproposta do Executivo.

Algumas classes amargam mais de três anos sem reajuste, nem mesmo pela inflação, que é garantia constitucional. Os servidores questionam a proposta do governo do abono concedido desde 2016 como complementação salarial temporária e prorrogada até maio de 2018. "O abono não conta para nossa aposentadoria e eu vejo até como maldoso, para enganar que houve um reajuste", afirmou o presidente da ABSSMS (Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais oriundos do quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares do Estado), Thiago Mônaco Marques.

O governo justifica o "reajuste zero" pela queda na arrecadação de impostos e crise econômica nacional, amplificada pela instabilidade política. Porém, os servidores questionam as alegações. "Como o Estado teve uma queda na arrecadação e mesmo assim continua a conceder até 90% de incentivos fiscais às empresas? Não somos nós que falamos, mas podemos ver na mídia os esquemas de corrupção que o governador está envolvido. A crise em Mato Grosso do Sul não é econômica e sim política, o governo está fazendo com que apenas os servidores paguem", comentou o presidente da Sinpol (Sindicato dos Policiais Civis), Giancarlo Miranda.

Líder do governo na Assembleia, deputado professor Rinaldo (PSDB), afirma que o Estado não tem estrutura financeira para proporcionar o reajuste. "Estamos conseguindo pagar o salário em dia, mais de 20 não conseguem isso, mas não vamos dar aumento que não podemos cumprir. O governo entende como justa a reivindicação, mas neste momento não é possível", comentou.

Pedro Kemp e Mara Caseiro bateram boca durante a manifestação

O protesto resultou em bate-boca na Assembleia e a sessão de ontem chegou a ser suspensa para conter as manifestações. A deputada Mara Caseiro (PSDB) foi a mais criticada ao ironizar o ex-presidente Lula (PT). Sua fala provocou confusão inclusive com o deputado Pedro Kemp (PT) que saiu em defesa do líder petista. Vai dando, os servidores pediram a retirada da parlamentar do plenário, mas com os ânimos mais calmos a sessão retornou.

Deputados e manifestantes chegaram ao acordo para a criação de uma comissão parlamentar que vai auxiliar a negociação entre os servidores e o Executivo. A comissão foi proposta pelo deputado Paulo Siufi (PMDB) e vai ser composta por cinco deputados, indicados na sessão de hoje, além de Miranda (Sinpol), Mônaco (ABSSMS), Ricardo Bueno (Sintess), Octacílio Sakai (Sindetran) e Jaime Teixeira (Fetems). A comissão vai solicitar informações sobre as condições financeiras do Estado.

Lava Jato

Henrique Alves foi preso ontem em Natal

Alana Regina

A Polícia Federal (PF) prendeu ontem, em Natal, durante a Operação Manus, o ex-ministro do Turismo Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), suspeito de corrupção e lavagem dinheiro por participar de desvios nas obras de construção da Arena das Dunas, sede da Copa do Mundo de 2014 na capital potiguar. As fraudes somariam R$ 77 milhões.

Outras quatro pessoas tiveram mandados de prisão preventiva expedidos, incluindo o deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que já está preso no Complexo Médico de Pinhais, em Curitiba, no âmbito da Operação Lava Jato.

Alves é alvo também de um outro pedido de prisão, feito pelo MPF-DF (Ministério Público Federal do Distrito Federal), por suspeita de ocultar outros R$ 20 milhões em contas no exterior. Os recursos seriam provenientes da atuação de um grupo liderado por Eduardo Cunha, responsável por irregularidades nas vice-presidências de Fundos e Loterias e de Pessoas Jurídicas da Caixa Econômica Federal.

Os casos são consequência da análise de provas colhidas em várias etapas da Operação Lava Jato, principalmente as decorrentes das quebras dos sigilos bancários e fiscais do envolvidos e dos depoimentos de delatores da empreiteira Odebrecht, homologados em janeiro pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Conselho de Ética

Senador Pedro Chaves é eleito vice-presidente

O senador Pedro Chaves (PSC/MS) foi eleito ontem vice-presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Para a presidência foi reeleito o senador João Alberto Souza (PMDB-MA).

Em seu discurso, Pedro Chaves destacou que é fundamental dar celeridade ao processo que investiga vários senadores."Eu sei que o momento é de muita turbulência, mas é fundamental darmos celeridade ao processo. Vamos solicitar a Procuradoria-Geral da União e ao Supremo Tribunal Federal os nomes de todos os parlamentares envolvidos e os tipos de investigação, porque precisamos dar fim a esse impasse", assegurou o senador.

Cabe ao Conselho de Etica zelar pela observância dos preceitos do Código e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar no Senado Federal.

É o Conselho de Ética que recebe e analisa previamente representações ou denúncias feitas contra os senadores, que podem resultar em medidas disciplinares como advertência, censura verbal ou escrita, perda temporária do exercício do mandato e cassação do mandato. (AR)

Reforma trabalhista

Texto é aprovado em comissão do Senado

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou ontem, por 14 votos a 11, o relatório do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) para a reforma trabalhista, que impõe dezenas de alterações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas).

Apenas um senador da base aliada pediu a palavra para defender o governo durante a sessão, presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) – no comando tucano depois do afastamento do colega Aécio Neves (PSDB-MG). Coube a José Serra (PSDB-SP) fazer uma rápida intervenção na CAE, por volta das 18h, mesmo assim para criticar determinada postura do Banco Central.

Pouco antes da votação final na CAE, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) pediu a palavra para criticar o fato de Ferraço ter escolhido não operar alterações de conteúdo na proposta, mesmo tendo declarado objeções ao texto.

"É uma pena que o senador tenha escolhido ser um carimbador da maior agenda da retirada de direitos da história de luta dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. [...] O senador Ferraço tapou os ouvidos em relação aos anseios da sociedade civil.", acrescentou Fátima, para quem Ferraço "ouviu só os empresários" ao relatar a matéria. (EC)